

Coordenação de Armindo Rodrigues

Autores:

Maria Anunciação Ventura;
Rose Emília Queiroz; Luís Silva

Pedestrianismo: uma actividade com futuro nos Açores

O turismo de natureza (TN) é uma das actividades mais promissoras para integrar um modelo de desenvolvimento turístico para os Açores. Mas este tipo de turismo (e.g. ecoturismo, turismo de aventura) necessita de áreas protegidas (AP) para o seu pleno desenvolvimento. Cerca de 22% do território Açoriano possui um estatuto legal de protecção (DLR 26/2010/A; 12 de Ag.), tornando esta região numa séria candidata à implementação de actividades de TN. Mas é necessário aferir a compatibilidade entre turismo e conservação da natureza se queremos manter na região um turismo sustentável.

Não existindo nos Açores qualquer limitação no acesso às AP, é impossível monitorizar o número diário de visitantes e o tipo de actividades aí praticadas. É pois possível que elas comecem

a dar sinais de alguma degradação, resultante da visita e/ou prática de desportos de natureza. Com o intuito de perceber o estado real de conservação dos habitats prioritários da rede Natura 2000 (DH 92/43/CEE), atravessados por trilhos pedestres, planeámos este estudo realizado em 2 ilhas açorianas, S. Miguel e Flores, com uma extensão territorial e características de uso turístico diferenciadas. Em 2010 foram

avaliados todos os percursos pedestres que cruzavam, ou se encontravam dentro, das AP mencionadas, tendo-se avaliado um total de 5 trilhos em S. Miguel e 3 nas Flores (Tab. 1; Fig. 1).

As comunidades vegetais dos Açores incluem espécies com diferente estatuto biogeográfico, com implicações diretas na sua conservação. Nelas existem: (i) espécies indígenas (as que chegaram ou se originaram nas ilhas, sem qualquer influência humana), das quais fazem parte as nativas (não são exclusivas das ilhas) e as endémicas (exclusivas das ilhas); (ii) espécies introduzidas (as que foram accidental ou deliberadamente introduzidas por actividades humanas), sendo umas naturalizadas (encontram-se plenamente estabelecidas com populações sustentáveis), e outras

invasoras (aquelas que possuem um impacto negativo na conservação das comunidades, uma vez que se estabeleceram e espalharam pelos habitats naturais). Os trilhos foram amostrados com parcelas de 5x5 m, colocadas em pontos equidistantes (500 m) ao longo do trilho, posicionadas em 3 locais perpendicularmente ao trilho, distando 0, 10 e 20 m, da sua margem. Em cada parcela lista-



Figura 1 - Percurso homologado, Ponta Delgada-Fajã Grande (PRIFLO), Ilha das Flores

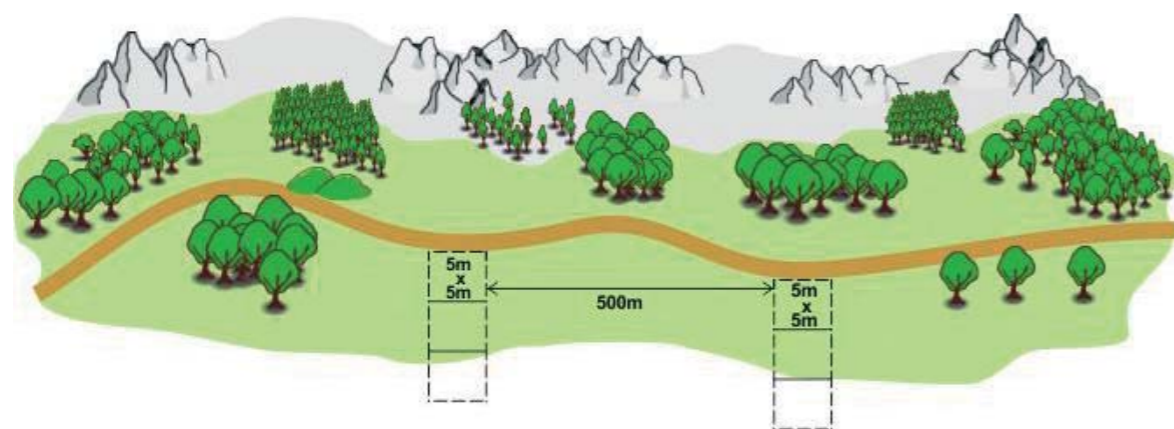


Figura 2- Modelo da metodologia adoptada para este trabalho

Coordenação de Armindo Rodrigues

Tabela 1 - Localização, código e características dos trilhos pedestres avaliados, nas ilhas de São Miguel e Flores

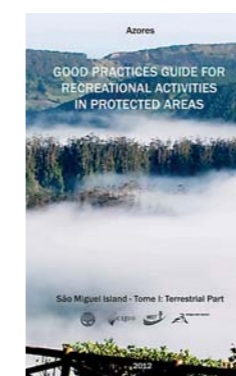
Trilho	Acrónimo	Comp.(m)	Altitude (m)			Área Protegida
			Min.	Média	Máx.	
São Miguel						
Praia-Lagoa do Fogo	PRC2SMI	6000	246	424	559	Lagoa do Fogo
Pico da Barrosa-Água de Pau	PRPBAP	6000	191	581	894	Lagoa do Fogo
Pico da Barrosa-Ribeira das 3 Voltas	PRPBRV	8000	246	481	900	Lagoa do Fogo
Lagoa do Fogo-Lombadas	PRLFL	6000	580	633	752	Lagoa do Fogo
Lagoa do Fogo-Circular	PRLFC	4000	580	587	702	Lagoa do Fogo
Flores						
Ponta Delgada-Fajã Grande	PR1FLO	12000	120	271	374	Costa Nordeste
Poça do Bacalhau	PR3FLO	7000	54	527	629	Morro Alto
Cedros-Ponta Ruiva	PRCPR	3500	238	266	315	Costa Nordeste

ram-se os grupos de plantas vasculares encontrados (em geral a espécie ou o género), e estimou-se a percentagem de coberto vegetal (Fig. 2).

A análise da composição das comunidades vegetais encontradas indicou que estas se distribuíam de acordo com a altitude e o trilho, deixando antever que a composição dos povoaamentos difere não só entre trilhos, mas também dentro de um mesmo trilho, de acordo com a altitude. Com o aumento da altitude, verificou-se uma redução na proporção de espécies introduzidas e a sua substituição por espécies indígenas. Os resultados evidenciam a existência de impactes resultantes da presença dos trilhos, uma vez que estes providenciam um habitat para as plantas diferente do das comunidades vegetais circundantes. Houve mesmo um decréscimo no número de espécies encontradas, das margens dos trilhos para o interior das comunidades vegetais. Mas quando olhamos para o estatuto de conservação destas espécies, verificamos que as que se encontram junto à margem do trilho são essencialmente espécies introduzidas, sendo progressivamente substituídas por espécies indígenas à medida que nos

afastamos do trilho. Este é um resultado esperado, na medida em que a dispersão de esporos e sementes de plantas, é muitas vezes feita pela circulação de pessoas e animais ao longo dos trilhos. Por outro lado demonstra bem a importância de não sair dos trilhos nem abrir vias alternativas, na medida em que isso irá aumentar bastante a área de dispersão destas espécies, com consequências nefastas para o frágil equilíbrio dos ecossistemas locais.

Por fim, e dado que os trilhos com maior e menor riqueza de espécies cruzam uma mesma AP, este estudo sugere que fatores como a proximidade de estradas e o uso do solo nas áreas circundantes, serão mais determinantes para as diferenças encontradas do que a presença do trilho. O nosso estudo sugere também que o impacte resultante dos utilizadores dos trilhos é ainda reduzido, quando comparado com o de actividades que têm lugar em áreas próximas, tais como pastoreio, arroteamentos, ou presença de invasoras. Ainda assim, é aconselhável manter um plano de monitorização de longo prazo, que permita identificar ameaças potenciais resultantes do uso dos trilhos que cruzam AP.



Guia de boas práticas de actividades recreativas em áreas protegidas

Visando compatibilizar turismo e conservação da natureza, foi lançado em 2012 um Guia de Boas Práticas de Actividades Recreativas em Áreas Protegidas, para a Ilha de S. Miguel. Este guia, idealizado no âmbito do projecto *Aplicação de um modelo de turismo sustentável a áreas da rede*

Natura 2000 nos Açores, foi financiado pela FCT e COMPETE, e pelo Governo dos Açores. Este guia de bolso quer dar, a quem nos visita, um conjunto de ferramentas para minimizar os impactes do turismo nas áreas naturais visitadas.